

STF inicia audiência pública sobre letalidade policial no Rio

A audiência pública convocada pelo ministro Edson Fachin para traçar ações objetivas para diminuir a letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro foi iniciada na manhã desta sexta-feira (16/4) com a participação de representantes da sociedade civil. Os debates ocorrem no âmbito da ADPF 635.

Felipe Restrepo Acosta/Wikimedia



Felipe Restrepo Acosta/Wikimedia STF inicia audiência pública sobre letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro

Em agosto do ano passado, o Plenário do STF referendou liminar de Fachin nesse processo para determinar que as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro, enquanto durar a pandemia de Covid-19, devem ser restritas aos casos excepcionais e informadas e acompanhadas pelo Ministério Público estadual.

A audiência prossegue ao longo desta sexta-feira e será retomada na segunda (19/4).

Coletivo Fala Akari

José Luiz Faria da Silva, do Coletivo Fala Akari, que luta pelos direitos dos moradores da Favela de Acari, relatou sua luta de 25 anos por justiça pela morte de seu filho. Segundo ele, a criança foi a primeira a entrar em um “auto de resistência”, quando a polícia alega legítima defesa pela morte, e o caso foi arquivado por falta de provas.

José Luiz afirmou ser favorável às operações nas comunidades, mas ressaltou que a PM não pode entrar atirando com fuzis e atingindo os moradores locais. “A PM tem o dever de ter esse cuidado”, frisou.

Movimento Negro Unificado

Os representantes do Movimento Negro Unificado, Marcelo Dias e Djefferson Amadeus, citaram diversas chacinas ocorridas no Brasil e afirmaram que é preciso uma ação do Poder Judiciário para deter a “carnificina” existente nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

“O STF é última trincheira que temos a recorrer”, afirmou Marcelo. Segundo ele, nos primeiros meses após a decisão liminar da Corte que fixou condições para operações policiais no estado houve uma



“redução drástica da letalidade policial”.

No entanto, disse, após esse período, a “política de extermínio da juventude negra” continuou. O advogado Djefferson acrescentou que toda vez que a polícia descumpra a ordem do STF e mata pessoas, a barbárie é naturalizada.

Movimento Mães de Manguinhos

Eliene Maria Vieira, do Movimento Mães de Manguinhos, assinalou que, se operação policial, da forma como vem sendo feita, resolvesse o problema da criminalidade, a questão já teria sido resolvida há muito tempo. “Não é violentando seu povo que o Estado vai mudar essa realidade. É obrigação do Estado preservar vidas. A polícia tem o dever de proteger e prevenir”, frisou.

“No meio da falácia da guerra às drogas, nossos familiares estão sendo assassinados. Primeiro foram assassinados os homens. Depois os jovens viraram os alvos. Agora, de forma absurdamente perversa, estão assassinando nossas crianças. É uma dor que não tem fim”, lamentou.

Observatório de Favelas

Representante do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, Thais Gomes da Silva destacou que a liminar do STF na ADPF 635 teve efeito significativo na garantia do direito à vida nas favelas. “Essa ADPF salva vidas. Mas, no último trimestre, o Estado tem insistido em descumprir essa determinação”, ressaltou.

Segundo ela, os impactos das operações policiais nas favelas envolvem o direito de ir e vir, o acesso ao trabalho, o fechamento de escolas, a suspensão de serviços de saúde, comércio e lazer, entre outros.

Raquel Willadino Braga, da mesma entidade, apresentou sugestões para a redução da letalidade policial. Entre elas: medidas que garantam a investigação e responsabilização de homicídios de crianças e adolescentes, reparação das famílias das vítimas do Estado, proibição de uso de helicópteros equipados com armas, controle de uso de armas e munições, substituição da política de confronto pela ênfase na inteligência policial e fortalecimento do trabalho do Ministério Público como controle externo da atividade policial.

Fórum Basta de Violência

Integrante do Fórum Basta de Violência! Outra Maré é Possível, Flávia Cândido ponderou que o grande número de organizações presentes na audiência demonstra que existe alguma coisa errada com a política de segurança pública adotada há anos no Rio de Janeiro.

Ela propôs medidas de controle interno e externo para diminuir o abuso de autoridades e a violação de direitos, a criação de espaço de atendimento integrado, com a participação do comandante da operação policial e de órgãos de controle da polícia para atender diretamente à população nos dias de operação.

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Em nome da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, organização social de enfrentamento à



violência estatal na Baixada Fluminense, Fransérgio Goulart de Oliveira Silva também apontou o descumprimento da liminar que restringe incursões policiais nas comunidades do RJ.

Segundo ele, desde que a medida restritiva entrou em vigor, já foram realizadas 330 operações policiais, que resultaram em 56 assassinatos e 122 pessoas feridas. Disse ainda que na região há milícias e grupos de extermínio que atuam livremente e que a população tem medo de denunciar.

Fransérgio também criticou o fim do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que classifica como "um retrocesso", pois era o único canal que a comunidade tinha de diálogo com as autoridades policiais sobre as operações policiais. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADPF 635

Date Created

16/04/2021